



DOSSIÊ TEMÁTICO:

QUAIS RECURSOS PARA QUE MODELOS DE DESENVOLVIMENTO NA ÁFRICA SUBSAARIANA?

Entrevista



Mineração da empresa Vale S. A. em Moatize, Moçambique: impactos e conflitos. Entrevista de Anselmo Panse Chizenga

Por Frédéric Monié



Anselmo Panse Chizenga

Professor Auxiliar na Universidade Pedagógica de Maputo, Moçambique
Contato: anselchiz@gmail.com

Citação

CHIZENGA, A. Mineração da empresa Vale S. A. em Moatize, Moçambique: impactos e conflitos. Entrevista de Anselmo Panse Chizenga. **Boletim GeoÁfrica**, v. 2, n. 7, p. 21-27, jul.-set. 2023

Biografia do pesquisador. Professor Auxiliar na Universidade Pedagógica de Maputo, Moçambique. Leciona nos cursos de Licenciatura em Sociologia e Licenciatura em Antropologia assim como no curso de Mestrado em Sociologia de Desenvolvimento, da Universidade Pedagógica de Maputo. Doutor (2020) e Mestre (2016) em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS/UFRGS). Licenciado em Ensino de Filosofia (2011) pela Universidade Pedagógica de Moçambique. Em 2019 atuou como pesquisador associado, por três meses, na área de Estudos Sociais e Globais, na Universidade Andina Simón Bolívar com sede no Equador



Entrevista de Anselmo Panse Chizenga¹

GeoÁfrica. *Em 2020, o senhor defendeu uma tese de Doutorado intitulada **Os mundos que o “desenvolvimento” (des)integra: dinâmicas do lugar induzidas pela mineração da empresa Vale S. A. em Moatize, Moçambique** no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Poderia evocar a trajetória acadêmica e cidadã que o levou a escolher esse objeto de pesquisa? Qual a relevância que você atribuía antes e atribuiu depois de sua investigação à temática das relações entre extrativismo e (sub)desenvolvimento a partir do exemplo da mineração de carvão na cidade moçambicana de Moatize?*

Meu (des)encontro cidadão, ao qual, o acadêmico está correlacionado, se inicia primeiro de forma dolorosa pois tendo a minha graduação em Filosofia (sou formado em ensino de Filosofia), em algum momento desejei dar continuidade com a Filosofia no mestrado e doutorado. Me recorde de ter concorrido por duas vezes para o mestrado em filosofia. A área de concentração em que estava vinculado o meu projecto de pesquisa era metafísica e compreensão. Estava muito maravilhado em relação a essa possibilidade, mas não consegui a bolsa. Me recorde, igualmente, que ao ler o parecer dos avaliadores eles apelavam que me candidatasse em áreas de interesse para o desenvolvimento do país. Entendi que estavam apelando que mudasse de área, se quisesse beneficiar da bolsa do CNPq. Foi um duro golpe, e eu queria estudar.

Então tive de me reinventar e me aventurar. A Sociologia era das áreas que pouco me interessavam - talvez pelo perfil dos sociólogos e fazedores de opinião pública que apareciam na mídia que me pareciam mais envolvidos com o seu ofício, aquilo que José de Souza Martins considerou (ao falar da Sociologia Rural) que tornou-se interesse dos sociólogos pelo “lado negativo” por aquilo que parecia incongruente com as fantasias da modernidade. Ou seja, os sociólogos me pareciam mais presos a seus quadros interpretativos modernos (apelo a urgência de uma Sociologia pós e decolonial), no lugar do estudar e analisar o social em questão e suas especificidades socioculturais e históricas. Mas o amigo que me apoiava na busca de bolsa de estudo fazia seu doutorado em Sociologia e acabou me influenciando bastante. Daí que optei em escrever algo ligado ao impacto das multinacionais no desenvolvimento. Assim de forma tão vaga, quando me lembro hoje, me dá até vontade de rir. Mas, foi assim que consegui a bolsa pelo CNPq. Em 2014 iniciei o meu mestrado em Sociologia na UFRGS.

Inicialmente meu interesse em temas ligados ao “desenvolvimento” era que meio que naturalizar o conceito tal como é dado pelas agências de cooperação. Mas em função do envolvimento com estudos empíricos feitos na América Latina e no Brasil, em particular, os textos discutidos numa disciplina que tive no programa de pós-graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS, onde tive o contacto inicial com a literatura, passei a focar o “outro lado do desenvolvimento”. Levei a sério a narrativa dos afectados. Como o escritor Nigeriano Wole Soyinka na sua história da caça contada pela presa, segui o “Desenvolvimento” partindo de nós, as presas do colonialismo,

¹ A entrevista foi realizada por e-mail. As respostas foram recebidas em 10/08/2023



desenvolvimento, neoliberalismo, monoteísmos, mononaturezas entre vários *ismos* que permitem que parte dos humanos rotulem e administrem outros!

Antes, a mineração, os extrativismos e o “desenvolvimento” me interessavam para fazer parte de uma bancada de estudantes/pesquisadores que compartilhavam um “mundo comum”, ou que optaram na divisão social do trabalho académico, fazendo nossas dissertações e teses e seguir a vida. Eu nem era originário da região afectada que estudei por mais de 6 anos e onde eu fazia campos distantes de cerca de 2 mil quilômetros da minha cidade. Escrevia artigos, fazia apresentações académicas, falava aos meus de algo que lhe parecia exótico... Porém, um grande ganho para a minha formação académica, mas também cidadina (que a academia ajudou a acentuar), foi ter estudado no Brasil no auge dos movimentos sociais e de uma série de protestos sociais, políticos, ocupações universitárias. Esse cenário me afectou sobremaneira em relação aos eventos que venho estudando/vivenciando. Tornava-se difícil tirar a farda de estudioso indiferente com o mundo à volta, sobretudo tendo o conhecimento da realidade da América Latina onde estudava. A região foi, para mim, o laboratório do extrativismo e, provavelmente com o boom dos “recursos”. Na época, Moçambique caminha(va) sem muita preocupação na mesma direcção. Iriamos dar com a cara na parede, sobretudo para um país cuja metade da população depende essencialmente da terra para a sua subsistência e não dispõe de serviços sociais básicos de água, saúde, electricidade ou emprego formal. Na minha aula de Sociologia Rural, falava aos estudantes o que aprendi com as mulheres num encontro sobre a revisão da lei de terras no ano passado, “quando o campo não madruga, a cidade não janta”.

Além de permitir a subsistência e garantir a relativa autonomia da população em relação ao mercado e/ao Estado, a terra produtiva nas mãos da comunidade e os recursos no subsolo constituem alvos do “desejo” do mercado global tomando o Estado como a luva do seu ofício. Isso para dizer que a mineração/extrativismos/desenvolvimento me (a)traíram. Pois mais que sejam temas de interesse para uma simples obtenção de diploma, constituem um feitiço do qual não consigo me desfazer. Eles fazem parte do meu ser cidadão do mundo e em função do qual junto a minha consciência/voz/comprometimento aos irmãos humanos e não humanos no sentido de não olhar apenas o mundo se desintegrando (fazendo uso o título do magnífico livro de Chinua Achebe) no sentido de somar esforços para “adiar o fim do mundo” (fazendo uso do título do texto de Ailton Krenak).

GeoÁfrica. *Na segunda metade do século XX, diversos teóricos formularam hipóteses sobre a “economias de enclaves”, “maldição dos recursos” ou o “paradoxo da abundância”. Em que medida essas teorias se aplicam ao caso moçambicano (ou regional, na escala da província de Tete)? As autoridades nacionais promoveram políticas estatais visando a melhor regular o setor e gerar efeitos desencadeadores a partir do sítio extrativista?*

Desculpem protestar a consideração a respeito da maldição dos recursos. Acho que os recursos, ou qualquer entidade não tem nenhuma maldade. Mas os (ab)usos que algumas elites (atreladas ao capital internacional, grupos de países, políticos) fazem, ou se vê no direito de fazê-lo, e os



mecanismos usuais para acessá-los, em particular na África². Como cientista social formado na América Latina e treinado nas teorias pós, decolonial e contracolonial, gostava de chamar atenção sobre o fato que algumas teorias têm o potencial de abrir caminhos imaginativos para se pensar uma certa realidade. Outrossim, elas podem servir para encarcerar a visão da realidade. Digo isso porque a África é diversa e é fruto de múltiplos (des)encontros socio-histórico ao longo do tempo. Repare que ao longo da história não se falava da nossa relação com a Ásia, hoje tão presente em diferentes esferas sociais (explorando recursos, construídos infraestruturas, trazendo suas medicinas, tecnologias, gente, culturas etc.) e com isso moldando sobremaneira a África, que é diversa e heterogênea. Isso para dizer que os conceitos ora em voga reflectem uma realidade específica, como a latino-americana. Eles podem servir para entender algumas realidades africanas, mas com alguma ressalva pois nós temos nossas especificidades. Cabe aos estudiosos de e sobre a África o desafio de formular conceitos/teorias que traduzam fielmente o nosso social. Tete é um caso interessante para colocar em xeque algumas teorias/conceitos/dinâmicas. A exploração do carvão mineral mineira data desde a era colonial, no final do século XIX. Depois da independência nacional, em 1975, aquilo que constituía exploração económica instituída pelo sistema colonial, sob a égide do governo português, se tornou símbolo de soberania. Os ganhos gerados pela exploração mineira se convertem em símbolo de soberania, autonomia e progresso económico. Na mesma senda, na virada do século XX para o século XXI, com a crescente demanda energética nos países asiáticos, China e Índia, sobretudo, Tete volta a entrar em cena, inaugurando uma nova forma de exploração do carvão mineral, a mineração ao céu aberto, economicamente e tecnicamente viável, embora muito pouco viável socioambientalmente. Essa nova fase da mineração veio atrelada ao discurso de “desenvolvimento” que, hoje, cerca de 20 anos depois, tem se convertido em pesadelo. O Estado, que fez algumas projecções optimistas em relação ao mercado energético, gerou aquilo que chamamos de processo de desidentificação com o desenvolvimento, no sentido em que ocorre uma identificação negativa com a narrativa/promessa/horizonte social aberto pelo “Desenvolvimento”. Reparem que, do ponto de vista de conteúdo, o conceito de “maldição da abundância” ou de “economia de enclave”, tem o seu potencial descritivo, mas também tem o potencial de invisibilizar na essência a historicidade e suas contrariedades, a conformação das elites com o estado das coisas e a especificidade das resistências geradas pela revolta social no enfrentamento aos projectos do Estado e dos investidores.

² Essa afirmação carece de alguma ressalva, pois tais “recursos” interessam mais, geram riquezas e agregam mais valor aos países de origem ou onde estão centralizadas as operações das empresas exploradoras e às elites políticas africanas que, geralmente se encontram no poder ou mantêm alianças com elas deixando a população localizada nas regiões com tais “recursos”, o entorno (ambiente) refém de suas agendas e ganancias, colocando em causa o futuro dos humanos e não humanos, assim como de nações à mercê desta ganancia/loucura. Nesta ordem de ideias, a maldição não está nos recursos, mas em sujeitos atrelados ao capital global, elites políticas de alguns países africanos que ousam em perpetuar este estado de coisas e nós, estudiosos optamos pela indiferença e reproduzimos a narrativa de “maldição dos recursos”, passando a ideia de que daremos certo seguindo na mesma direção errada, não fugindo de verdadeiros problemas, escondidos por detrás de conceitos/narrativas que invisibilizam a verdadeira maldição que não são os recursos, mas a ganância dessas elites.



GeoÁfrica. *Poderia apresentar alguns impactos da mineração sobre a sociedade e o espaço em Moatize? Na sua pesquisa, o Senhor recorre ao conceito de “lugar minerável”: poderia definir e caracterizar o mesmo considerando seu recorte espacial?*

No limite, a mineração teve por efeito de impor de forma extrema um modelo social, pois a região de Moatize foi integrada ao grande vale, o vale do Rio Zambeze. A localização permite uma configuração social que torna, em certa medida, a população autônoma do mercado para satisfazer suas necessidades alimentares (autoprodução), de emprego, serviços públicos de água, saúde graças a existência de outras formas de trabalho, a riqueza e diversidade de fontes de água natural e de plantas curativas além da dinâmica territorial (significados atribuídos a diferentes objetos/entidades). Quando a mineração chegou, algumas formas de viver/organização social foram consideradas como a “essência” da pobreza/atraso. Mineradoras, elites políticas e linhagens acadêmicas difundiam essa ideia e se propunham a trazer o “desenvolvimento”. A mineração, por um lado, significou a desintegração do lugar e de suas logicas e dinâmicas específicas (relação dos humanos entre si e dos humanos com os não humanos). Por outro lado, significou a integração do lugar e dos sujeitos numa uma posição residual. Houve a massificação de casas de alvenaria, implantação de redes de abastecimento de água e sanitária, de vias de acesso, criação de comércio e geração de emprego formal. Mas, essa forma de integrar serviu, também, para tornar a cidade de Moatize mais periférica e carente em alternativas ao modelo social instituído. No limite, houve um extermínio do lugar enquanto parte integrante do vale do Zambeze, caracterizado pela diversidade de “recursos”: terras férteis a montante e jusante do rio e seus afluentes, argila, locais de pesca, de produção de carvão e lenha, de caça, de busca de plantas medicinais, de trocas e formações socioculturais diferenciadas para se tornar num lugar minerável. Nesse espaço, a mineração e toda sua arquitetura de significados (perda do solo para acessar aos recursos do subsolo de maior valor comercial e pouco agregado social; forma de trabalho em empresas capitalistas, relações e satisfação de necessidades básicas monetárias, compra no lugar de alimentos etc.) tomavam a dianteira. Hoje, o preço do carvão mineral baixou sobremaneira, a janela do produto enquanto “recurso” energético alternativo a outros combustíveis fósseis está fechando por causa dos problemas ambientais que tem gerado. A Vale, o cartão de visita da exploração do carvão mineral, vendeu a sua concessão à outra empresa. O que sobra para as pessoas que ela afectou? Depois do “desenvolvimento” mostrar a sua fase decadente, o que sobra do lugar enquanto parte integrante do Vale do Zambeze, onde um recurso, o carvão mineral, teve efeito de invisibilizar outros recursos e sua trama de relações com os humanos? Tenho pensado em seguir pesquisando sobre as experiências depois da tempestade/ruína aberta pelo desenvolvimento. O mais instigante é poder contar com pelo menos dois interlocutores: a geração dos mais jovens que nasceu, ou formou a sua identidade social. depois da mineração da Vale e incorporou na estrutura social instituída (formação escolar, empregos na mina ou em instituições do Estado e/ou públicas, casas melhoradas etc.) e a geração um pouco mais crescida que vive o presente na nova ordem, mas com as nostalgias do tempo antes da Vale.



GeoÁfrica. *A descoberta recente de importantes reservas de gás natural em Cabo Delgado, província setentrional de Moçambique, suscitou importantes investimentos por parte de atores globais do setor num cenário geopolítico desestabilizado pela insurgência armada do grupo al-Shabab. Em que medida as dinâmicas observadas nessa região são comparáveis as observadas anteriormente em Moatize?*

Cabo-Delgado e Moatize, não têm comparação possível, fora a intenção fracassada do governo e a mídia estatal terem tentado esconder, desde o início, o que estava acontecendo. Mas como nos ensina a sabedoria popular africana “o que tem chifres não se esconde no saco”. Com o tempo não foi possível esconder o que estava acontecendo em Tete e em Cabo Delgado. Penso que Moatize funcionou como laboratório do “desenvolvimento” e de tudo o que se pode fazer para o alcançar: consultas e consentimentos comunitários pouco transparentes; violação dos direitos sociais; imposição de modelos e sistemas sociais. Observamos também uma contestação social com um novo repertório, mas com pouco potencial de deflagar um conflito armado. Na província de Tete, estamos diante de uma revolta social em que a população enxerga na urna eleitoral uma forma de castigar ao governo do dia. Em relação a insurgência de Cabo-Delgado não tenho muita informação. A narrativa está capturada pelos órgãos governamentais que passam a ideia de uma insurgência armada corroborada por parte da sociedade civil. Todavia, tenho alguma suspeita em relação a essa narrativa, pois, como sabemos, o poder habita o significado. O que se tem dito tem limitado minha capacidade imaginativa enquanto cidadão e enquanto cientista social de poder enxergar para além do que é dado. Ao se definir aquela situação como terrorismo, o tratamento/consideração/enfrentamento à realidade em questão é definido com conceitos que produzem e capturam a realidade.... Tenho dificuldades em apreender a situação em Cabo Delgado com base na representação militarizada predominante. É como se dissessem que a situação cabe aos militares. Nestas situações, nós, os cientistas sociais, nos limitamos em fazer análise mediática do que nos é dado, no lugar de uma análise em si.

Ainda em relação a Cabo-Delgado, acompanho iniciativas de encontro de carácter inter-religioso envolvendo as duas principais crenças monoteístas: a muçulmana e a cristã. Pois alguns segmentos sociais entendem que, em parte, a religião é uma das causas das tensões. Devemos mencionar que, em Moatize, a componente religiosa das tensões pode dificilmente ser considerada relevante ao contrário da dimensão regional (alguns diriam étnica, mas eu tenho problemas em falar de etnia no contexto social e histórico nacional, local e global). Todavia, gostaria de ressaltar que a bipolarização religiosa ou da natureza do problema (militar e/ou religioso) pode ofuscar muita coisa. As ciências sociais poderiam, provavelmente, a ressaltar que outras formas de religião (as locais/nativas que não tem tanta visibilidade quanto as religiões dominantes) resistiram por séculos ao contacto com os árabes e europeus. Essas religiões não operam sob mesmos pressupostos, mas exercem alguma influência sobre a estrutura social. Pode se dizer o mesmo em relação a militarização ou “religiozação” do problema. Existem provavelmente outras variáveis como a insatisfação social diante da actuação do Estado que classifica desigualmente e atribui importância diferenciada aos cidadãos das diferentes regiões do país (disponibilizando serviços sociais e até de segurança de forma discriminada).



PUBLICAÇÕES DO ENTREVISTADO

CHIZENGA, A. Dados e Processos de (des)identificação no “discurso de Desenvolvimento”: A Empresa Vale S.A Moçambique em Perspectiva. In ALMEIDA, J. (Org.). **Desenvolvimento, Mineração e mudanças climáticas Reflexões sócioantropológicas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2023.

CHIZENGA, A.; BLANCO; G.; ALMEIDA, J. A categoria de lugar e sua relevância para as ciências sociais: uma reflexão a partir de conflitos ambientais em Moatize (Moçambique) e Araxá (Brasil). **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, vol. 28, n. 63, p. 359-396, maio/ago. 2022.

CHIZENGA, A. Megaprojetos de Mineração: Conceito, Contexto e efeitos Socioambientais em Moatize, Moçambique. In ALMEIDA, J. (Org.). **Pesquisa Em Desenvolvimento, Ambiente E Conflitos**. 1ª Edição, Curitiba: Appris, 2020, pp. 39-76.

CHIZENGA, A.; CAMANA, Â. Mulher, lugar e inter-relacionalidade na disputa por Desenvolvimento em torno do Megaprojeto da companhia Vale em Moatize, Moçambique. **Anais do Congresso 13º Mundo de Mulheres & 11º Fazendo Gênero**, Florianópolis, 2017.

CHIZENGA, A.; CABRAL, F. M. A. O Codesria e a Produção de Conhecimento no Contexto da Globalização. **Revista da Semana da África na UFRGS**, Porto Alegre, v. 3, n. 8, 2016.